

*Jorge Vilela de Carvalho **

I. De Olímpia a Roma

Durante mais de mil anos, entre o ano 776 antes de cristo (a.C.) e 397 depois de cristo (d.C.), o povo helénico convergia, de quatro em quatro anos, para a Olímpia, uma cidade da Grécia, para «participarem» na maior manifestação desportiva e cultural da época, onde os melhores atletas competiam e como recompensa recebiam coroas feitas de oliveira silvestre.

As competições atléticas, hoje universalmente designadas por desporto, eram um instrumento e veículo para a paz e o diálogo entre os povos; ritualmente decorriam, esses jogos, de quatro em quatro anos, na cidade que deu origem à designação Olímpicos, considerado como um espaço sagrado que não poderia ser profanado como garante para a preservação das regras a que estavam sujeitos não só os actores activos mas também os que de uma forma directa se encontravam ligados quer à preparação quer à competição dos atletas, nomeadamente os treinadores, os juízes. Até mesmo o público não poderia ser portador de qualquer instrumento que pudesse subverter as normas estabelecidas.

O mito criado em torno desse acontecimento, também transposto para os atletas, demonstrava por um lado o reconhecimento face às limitações humanas em que só alguns conseguiam a superação, por outro revelava a crença dos gregos, em que, o aperfeiçoamento do ser humano levaria à transcendência, à comunicação com um ente superior. Esta visão holística do homem como unidade espiritual e material requeria, conseqüentemente, não só uma preparação do «físico» bem como dos factores condicionantes à capacidade de prestação atlética ao mais alto nível. Como também eram cuidados outros valores humanos que se prendiam com as artes, nomeadamente concursos de música, de poesia, de teatro e outras manifestações culturais.

* Chefe de Missão Paralímpica Atenas 2004.

Poderemos considerar que, a esses conjuntos de valores, estava subjacente a cultura com toda a sua complexidade veiculada de uma forma universal e massificante através dos Jogos Olímpicos da Antiguidade pondo em interacção participantes, uns mais activos e outros menos, todos se revendo nos diferentes símbolos, sendo glória e celebração a atribuição da coroa Olímpica.

Hoje o prémio, a coroa de oliveira, foi substituída pela medalha e por outros bens materiais que os atletas recebem e também se acabou com o amadorismo, abriu-se a competição aos profissionais do desporto, mas continua a magia e o sonho que encanta muitos como foi o exemplo do «Dream Team», a equipa de basquetebol americana. Apesar das inúmeras vitórias, manifestaram que o maior sonho que possuíam era o de participarem nos Jogos Olímpicos.

Criados em 776 a.C. por dois reis, Lícurgo, de Esparta e Ífitos, de Élide para pôr fim a uma guerra entre Elis e Pisa os Jogos Olímpicos da Antiguidade Clássica foram cancelados pelo imperador romano, Teodósio I, no ano 393 da nossa era, por considerar que já se encontravam adulterados sem o valor e fins para as quais foram criados. Mil e quinhentos anos mais tarde, é atribuído ao francês, Baron, Pierre de Coubertin o mérito de ter restaurado os Jogos Olímpicos da Era Moderna os quais tiveram a sua estreia na cidade grega de Atenas em 1896. Um século depois, eis o regresso em 2004 para celebrar dois Jogos, Olímpicos e os Paralímpicos.

A Grécia que até já teve quatro jogos; para além de Olímpia, existiam os Jogos Píticos, os Nemeus e os Istmicos, constituindo-se numa criação ímpar na evolução da Humanidade.

Mais de meio século após o relançamento dos Jogos da Era Moderna, estrearam-se em 1960 os Jogos Paralímpicos criados pelo neurocirurgião Sir David Guttman como um meio dos atletas com a condição de deficiência restaurarem a sua conexão com o mundo exterior.

Os Jogos Paralímpicos como um paralelo aos Olímpicos pretendem promover a cultura de direitos humanos, uma cultura da inclusão por oposição a todas as formas de discriminação e exclusão social; por outro lado o desporto é utilizado como instrumento para a (Re-)habilitação, para a melhoria da imagem, sobretudo para tornar as pessoas com a condição de deficiência sujeitos intervenientes neste planeta cada vez mais global e diversificado.

Portugal, no contexto das relações internacionais, não poderia, de modo algum, permanecer indiferente a este movimento mundial, que no entanto só começou a acompanhar doze anos mais tarde, isto é, em 1972 para dois anos depois ver o trajecto ser interrompido pela alteração política que ocorreu no nosso país com as consequentes mudanças políticas, sociais e culturais, nomeadamente o desenvolvimento do associativismo donde despontaram as organizações de e para deficientes que possibilitaram, catorze anos mais tarde a participação de Portugal nos Jogos Paralímpicos de 1984 em Nova York, nos Estados Unidos da América.

Na sociedade hodierna vive-se, cada vez mais, um Tempo de Desporto em busca de uma nova significação e de valores para a sociedade. É a Organização

Mundial de Saúde que vem veiculando o papel do desporto na promoção da Saúde, é a UNESCO que realça a sua importância na Educação, é também a UEFA que promove campanhas contra a discriminação racial, é a Fundação FIA e a Federação Internacional do Desporto Automóvel (FIA) que lança uma campanha de prevenção rodoviária. São os Chefes de Estado e de Governo que em Nice reconheceram o desporto enquanto Actividade Humana que incorpora valores: Culturais, Sociais e Educativos.

Ao Ano Europeu de Educação pelo Desporto 2004, aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2004 em Atenas, ao EURO 2004 em Portugal seguir-se-á o Ano Internacional do Desporto 2005 da ONU, entre muitas outras iniciativas desportivas em vários pontos do globo um conjunto que irá lembrar-nos, a semelhança dos primórdios dos Jogos, o papel e importância que o desporto poderá desempenhar para desenvolver nos cidadãos a autonomia, a capacidade de utilizar as novas tecnologias e de saber interagir numa sociedade global cada vez mais diversificada e multicultural, conforme prevê por exemplo a OCDE como principais competências para o cidadão do futuro.

Pretendemos, assim, subordinado ao tema «Missão Paralímpica Atenas 2004», efectuar um percurso num tempo cultural evolutivo, articulando linhas de desenvolvimento, entre o passado o estado actual e as perspectivas futuras, efectuando uma abordagem detalhada dos Jogos Paralímpicos através da análise comparativa com os Olímpicos para que nos ajude a entender aquele fenómeno desportivo para atletas «com a condição de deficiência» e também nos leve a compreender, a aceitar e a sermos parte do processo de inclusão das pessoas diferentes.

Assim, estruturado em quatro partes, «De Olímpia a Roma» contextualizamos a génese do Movimento Olímpico e Paralímpico, analisamos de seguida os «Jogos Paralímpicos», para depois falarmos da realidade portuguesa na «Missão Paralímpica Atenas». Por fim, ensaiaremos repensar e projectarmos o futuro, da «Educação para a Cultura através do Desporto».

II. Jogos Paralímpicos

Três semanas após o encerramento oficial dos Jogos Olímpicos, irá ter lugar de 17 a 28 de Setembro a XII Edição dos Jogos Paralímpicos, destinado aos melhores atletas de cada país participante do que é considerado, o segundo maior evento desportivo mundial, logo a seguir aos Olímpicos, quando comparados em termos de duração, da dimensão, da complexidade, e do número de pessoas e provas envolvidas.

Prevê-se, em Atenas 2004, a presença de 130 países de todos os continentes, a participação de 4000 atletas a competirem em 18 desportos, enquadrados por 2000 membros do *staff*, 950 oficiais técnicos, 2500 membros da família paralímpica, 15000 voluntários e a cobertura jornalística efectuada por 3000 profissionais da comunicação social.

1. Significado e Origem de «Paralímpicos»

A designação oficial em língua inglesa é «Paralympic Games», cujo prefixo «para» da palavra «Paralympic» exprime a ideia de aproximação ou é paralelo segundo a palavra grega «para» (cerca de). Trata-se, de facto, de uns Jogos Olímpicos para Deficientes, mas como sabemos, a própria Carta Olímpica protege e possui normas restritas quanto ao uso dos símbolos Olímpicos.

Chegou-se a atribuir, inicialmente, a origem do termo Paralímpico à composição das palavras paraplégicos e olímpicos (para + olímpicos) uma vez que os lesionados medulares (geralmente designados por paraplégicos e tetraplégicos) foram as únicas categorias desportivas de deficiência que participaram nas quatro primeiras edições. Mas também é sabido que os gregos utilizam a palavra «paraplegikós» para paraplégicos ou «paraplegia» para significar paralisia parcial, donde se conclui que a origem não está na etimologia da palavra que se relaciona com a tipologia da deficiência.

A palavra «Paralímpada» foi utilizada pela primeira vez por um paraplégico hospitalizado em Stoke Mandeville num artigo (1951), publicado no «The Cord» periódico dos paraplégicos, intitulado «Alice at the Paralympiad».

Embora se considere, oficialmente, a data de 1960 como a da realização dos primeiros Jogos Olímpicos para Deficientes, esta designação nunca foi aceite pelo Comité Olímpico Internacional (COI) que só em 1985 em reunião com o organismo do desporto para deficientes, Comité Coordenador Internacional (ICC – International Coordinating Committee) aceitou, evitar utilizar a denominação «Jogos Olímpicos para deficientes» passando a designar-se «Jogos Paralímpicos» e em troca receberia apoio do COI que inclusive nomeou Walther Troeger como delegado junto dos paralímpicos.

Nunca se pretendeu fundir os Jogos Paralímpicos nos Olímpicos, salvo um número restrito de atletas que se organizaram nesse sentido nos inícios dos anos noventa, mas sempre se defendeu a preservação de uma identidade que é própria do desporto para atletas deficientes; também nunca se pretendeu isolar os atletas deficientes do desporto regular, antes pelo contrário, defendeu-se sempre a inclusão.

Hoje já existe estreita cooperação entre o COI e o desporto para deficientes, sobretudo com os três grandes movimentos desportivos mundiais (entre os quatro existentes) para deficientes, tendo originado a autorização para a utilização do termo Olímpico, no Special Olympics International (SOI), nos Jogos da Special Olympics para a deficiência mental em geral, no Deaflympics, Jogos Olímpicos para surdos e no Paralympic Games. É preciso observar, mormente nos dois últimos casos, a omissão da letra «O», uma restrição imposta pelo COI.

Para a língua portuguesa a tradução adoptada, pelo movimento desportivo português para deficientes foi, Jogos Paralímpicos, embora na actual proposta de alteração da Lei de Bases do Sistema Desportivo, de Dezembro de 2003, se fale no Comité Paraolímpico de Portugal. É uma palavra que, para além do que impõe a

Carta Olímpica, deverá merecer uma análise por parte da Sociedade de Língua Portuguesa, do Comité Olímpico de Portugal (COP) e do movimento desportivo para deficientes para que passe a constar a denominação aceite no vocabulário da língua portuguesa e no dicionário.

2. *Vós sois o Coubertin dos Deficientes*

Assim se dirigiu o Papa João XXIII, da varanda da Cidade de Vaticano perante os 400 atletas em cadeira de rodas participantes em Roma 1960, referindo-se ao Dr.º Ludwig Guttmann por ter sido o pioneiro do desporto para deficientes nos programas de reabilitação em 1944 no Hospital de Stoke Mandeville de Aylesbury, em Buckinghamshire, Inglaterra, ao organizar em Inglaterra em 1948 os primeiros Jogos Nacionais de Stoke Mandeville e em 1952 os primeiros Internacionais que deram origem aos primeiros Jogos Paralímpicos de 1960.

O eminente médico Dr.º Guttmann, alemão, judeu, especializado em reabilitação de militares deficientes causados pela II Guerra Mundial, fugiu da Alemanha para a Inglaterra onde, a convite do Governo Britânico, fundou um centro para a recuperação dos lesionados medulares e também os denominados «estorpiados» de guerra, ou seja os amputados e outras deficiências físico-motoras.

Guttmann, à semelhança de Coubertin foi um Homem, de Sonho, de um Ideal, veiculado através do Desporto, materializado num acontecimento universal que são os Jogos, sustentados por uma Organização.

Guttmann procurou sempre a convergência com os Olímpicos, primeiro fazendo coincidir as competições em 1948 com a XIII Olimpíada de Londres, em 1952 com a de Helsínquia e em 1960 com o de Roma. Outro exemplo foi o emblema, para os Jogos, criado pelo Guttmann, consistia em três rodas (da cadeira de rodas) entrelaçadas com o lema «Amizade, União e Desportivismo».

Sir Ludwig Guttmann faleceu antes dos Jogos Paralímpicos de Arnhem, na Holanda, isto é, em Março de 1980, mas teve a oportunidade de assistir a realização de cinco Jogos Paralímpicos. Fundou e foi presidente da Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville (ISMGF – International Stoke Mandeville Games Federation), assistiu ainda à criação da Organização Internacional de Desporto para Deficientes (ISOD – International Sports Organizations for Disabled) e da Associação Internacional de Desporto e Recreação para a Paralisia Cerebral (CP-ISRA – Cerebral Palsy International Sports and Recreation Association).

3. *Olímpismo e Paralímpismo*

Neste contexto Fernand Landry numa comunicação, apresentada no I Congresso Paralímpico Barcelona '92 questionava se o «Olímpismo, Olímpicos, Paralímpismo, Paralímpicos: São convergentes ou divergentes as noções e os percursos em véspera do terceiro milénio?».

Antecipando-nos a Landry podemos afirmar, apesar da especificidade e da autonomia que se deve respeitar de cada movimento, os Olímpicos e os Paralímpicos que são convergentes. Senão vejamos o que nos diz o especialista em estudos Olímpicos, o primeiro no COI a ocupar-se da temática dos Paralímpicos:

- Primeiro, refere-se, a própria terminologia, apesar de diversas denominações adoptadas na evolução dos Paralímpicos, desde da sua génese, até ao consenso conseguido com o COI.
- Este reconhecimento do COI, que também o é por parte da comunidade internacional, demonstra a maturação e o empenho do próprio Movimento Paralímpico em melhorar a qualidade dos seus serviços e produtos.
- Considera coincidentes a visão do Guttmann e de Coubertin quanto à missão do Olímpismo e do Paralímpismo, expressas na divisa Olímpica «Citius, Altius, Fortius» em que o «altius» pretende significar os valores imateriais e morais da mensagem social, cultural e educativa do desporto, ou seja, o dever de uma procura constante de aperfeiçoamento interior, para a qual se torna necessário ultrapassar obstáculos, subjectivos e objectivos, que à partida parecem intransponíveis mas que só é conseguido com vigor e rigor de espírito.
- O Papa João XXIII conseguiu sintetizar essa Missão dizendo aos atletas paralímpicos «Sois a demonstração viva das maravilhas que pode atingir à virtude da energia. Haveis dado um grande exemplo, para o qual gostaríamos de enfatizar, porque pode ser um guia para todos nós: haveis demonstrado o que um espírito enérgico pode conseguir, apesar dos obstáculos aparentemente insuperáveis impostos pelo corpo».
- Esta busca da excelência desportiva pela elite Olímpica e Paralímpica, o aperfeiçoamento e a transformação no símbolo da eficiência na deficiência relançou quer os Olímpicos quer os Paralímpicos para o sistema mundial, como uma imagem de marca, atraindo os políticos, a comunicação social, os empresários, dando assim, uma nova dimensão do desporto na economia social.

Poderíamos neste caso continuar a tecer os pontos de convergência, ressaltando as particularidades, o que não é oportuno no momento, mas deixamos para posterior reflexão e para os mais interessados, a análise dos programas de âmbito mundial, de comum intervenção de ambas as organizações.

4. Ciclo Paralímpico

O Ciclo Paralímpico, o mesmo dos Jogos da Antiguidade, decorre de quatro em quatro anos durante o Verão, desde de 1960, para os Jogos Paralímpicos de Verão e a partir de 1976 para os Jogos Paralímpicos de Inverno.

Segundo o princípio do paralelismo em relação aos Olímpicos, para os Jogos de Verão, devem ter lugar a seguir aos Jogos Olímpicos, e sempre que possível deverão realizar-se no mesmo país, na mesma cidade, utilizar as mesmas infraestruturas, desportivas e logísticas. Os recursos humanos e o Comité Organizador devem ser partilhados. O Comité Organizador dos Olímpicos deve prestar apoio financeiro aos Paralímpicos o mesmo também se recomenda ao Governo do país anfitrião bem como aos patrocinadores.

Em doze Jogos Paralímpicos, de Roma, 1960 a Atenas, 2004, 10 edições coincidem com o mesmo país, exceptuando duas, a primeira em 1968 e a segunda em 1980 em que os países foram, respectivamente, México e ex-União Soviética. São 7 as cidades Olímpicas sede dos Jogos Paralímpicos, 5 não acolheram os Paralímpicos, duas já sabemos que foram México e Moscovo e as restantes 3 foram Munique em 1972, Montreal em 1976 e Los Angeles em 1984.

Quanto às infraestruturas utilizaram-se, em Seul, 1988, pela primeira vez as mesmas instalações desportivas; em 1992 a mesma aldeia Olímpica serviu ambos os Jogos e um único comité organizador foi COOB'92 em Barcelona e é ATHOC para Atenas 2004.

Barcelona '92, para além de os Olímpicos e os Paralímpicos terem tido em comum o país, a cidade, as instalações desportivas, a aldeia olímpica, mas pelo facto do comité organizador e dos recursos humanos terem sido partilhados, os Jogos Paralímpicos foram considerados os Jogos da Integração.

Grécia, a cidade de Atenas, a organização ATHOC, e os próprios gregos, ficarão também na história dos Paralímpicos como já afirmam, em virtude de, à semelhança dos Olímpicos, os atletas paralímpicos e o respectivo staff não pagarem uma taxa de inscrição.

5. Elegibilidade e Classificação Desportiva

Os Jogos da Antiguidade apenas admitiam o sexo masculino daí que, e para evitar fraudes, os homens competiam nus. Na Era Moderna foram autorizadas, pontualmente, as presenças femininas nas provas de Ténis e Golfe (1900), de Tiro com Arco (1904) mas só a partir de 1912 em Estocolmo é que as mulheres foram admitidas contrariamente à posição de Coubertin que foi sempre contra a presença feminina. Deste modo, para além da divisão das provas para homens e mulheres, existem outros critérios de diferenciação como são os escalões etários, as categorias por pesos corporais como na luta, no judo e no boxe, etc.

No caso dos paralímpicos, não é condição suficiente possuir uma deficiência, é requerida, regra geral e com especificidade própria de cada desporto, ter uma

deficiência considerada mínima para ser elegível para participar no desporto de competição para deficientes e em particular nos Jogos Paralímpicos.

Daí que, segundo as normas internacionais e da Organização Mundial da Saúde (OMS), se requer, não só, possuir um diagnóstico que ateste a deficiência mas que a sua manifestação seja observável e testada sem recurso aos meios de diagnóstico e terapêutica. A causa poderá originar lesões e/ou anomalia, de natureza congénita ou adquirida, isto é, antes, durante e após o nascimento, de carácter não regressivo cuja manifestação se traduza numa evidente desvantagem, neste caso no desporto, numa situação de competição em relação aos atletas considerados normais.

Assim, de acordo com a localização topográfica da lesão ou da anomalia provocada na estrutura e/ou na dinâmica do corpo humano, temos quatro grandes áreas de deficiência, a saber: mental, sensorial, físico-motora e orgânica.

Cada área possui subdivisões quanto ao tipo de deficiência, para o nosso caso, importa saber que da área mental o tipo da deficiência é a mental/intelectual, da área físico-motora temos quatro tipos, os amputados, a paralisia cerebral, os lesionados medulares e «les autres», da área sensorial são a deficiência visual e a auditiva, não participando este último tipo de deficiência nos Paralímpicos mas sim nos Surdolímpicos.

6. As Regras e os Desportos Paralímpicos

Regula o desporto para deficientes, pese embora os factores inerentes ao conceito de desporto adaptado, um princípio fundante que é o do atleta ser autónomo na execução de qualquer gesto desportivo. Quer isto dizer, de acordo com a natureza da sua prática, a estrutura e a dinâmica da modalidade, podem sofrer alterações em relação ao que se encontra padronizado para o desporto dito normal, os aspectos normativos são adaptados, aos praticantes é autorizado, quando justificado, o recurso as ajudas técnicas e dispositivos de compensação e poderá ainda o atleta recorrer ao apoio de uma terceira pessoa.

Quer isto dizer, para o caso de ténis em cadeira de rodas que o(s) jogador(es) utilizam uma cadeira de rodas para competirem, em toda a regra existe apenas uma alteração que permite devolver a bola ao segundo toque no solo e todo o resto mantém-se inalterável. No caso de um cego no atletismo corre com um acompanhante ao lado que se designa por guia, um amputado poderá utilizar uma prótese para poder competir, etc.

As regras para o desporto são as dos organismos internacionais do desporto regular, com as tais alterações permitidas, como da FIFA para o futebol, da FIBA para o basquetebol, da FINA para a natação, da IAAF para o atletismo. Existem, naturalmente, regras específicas para desportos como goalball para cegos, boccia para a paralisia cerebral e que não encontram paralelo no desporto regular.

Os desportos do programa paralímpico para Atenas 2004 são 18: atletismo, basquetebol, boccia, ciclismo, equitação, esgrima, futebol, goalball, halterofilia, judo, natação, ténis de mesa, ténis, rãguebi, tiro com arco, tiro, vela e voleibol.

7. A Tecnologia e a Acessibilidade

Em Estocolmo, 1912 registou-se não só a estreia feminina nos Jogos Olímpicos como também a inovação tecnológica com a utilização pela primeira vez do foto-finish e da cronometragem electrónica em vez da manual.

O desporto paralímpico para além de acompanhar e beneficiar da evolução tecnológica do desporto regular e paralímpico em particular, começou por utilizar as cadeiras de rodas nos primeiros Jogos em Roma 1960, e não mais parou com a evolução das próteses, das ortóteses e demais ajudas técnicas e dispositivos de compensação, não só desportivas, como as destinadas às actividades da vida diária (alimentação, higiene, vestir, etc) numa constante procura da evolução para a autonomia, para uma vida com qualidade e dignidade.

Neste âmbito, o conceito de acessibilidade, não se restringe tão somente a eliminação das barreiras e/ou obstáculos físicos relacionados com a mobilidade e a acessibilidade, significa sobretudo, criar um ambiente favorável que viabilize o acesso de todos a todos os sectores da sociedade em igualdade de oportunidade, começando pela informação, comunicação e que se deve estender às actividades de lazer, recreação, tempos livres e desporto.

8. O juramento do Atleta Paralímpico

O juramento Paralímpico é lido, em nome de todos os atletas paralímpicos participantes, por um atleta paralímpico do país organizador publicamente na cerimónia de Abertura dos Jogos.

O juramento diz o seguinte *«Em nome de todos os competidores / Eu prometo que nós iremos tomar parte / nestes Jogos Paralímpicos / respeitando e em obediência as regras que os regem / com um espírito desportivo / pela glória do desporto / e honra das nossas equipas.*

O juramento Olímpico tem lugar desde dos Jogos da Antuérpia em 1920.

9. O Hino Paralímpico

Intitulado o «Hino do Futuro», foi o francês Thierry Damis quem compôs em Março de 1996 o Hino Paralímpico, mas em Outubro de 2001 o Comité de Gestão do Comité Paralímpico Internacional aprovou uma nova versão.

10. A Chama Paralímpica

É uma tradição, que remonta aos Jogos da Antiguidade, acender a Chama Olímpica que teve a sua estreia em 1928 na IX Olimpíada em Amesterdão, mas somente foi institucionalizada na XI Olimpíada, em Berlim em 1936 e que é seguida nos Jogos Paralímpicos. Nos Jogos Olímpicos de Barcelona '92 a Chama Olímpica, colocada num pontos cimeiros do Estádio, foi acesa com uma pontaria certa de um arqueiro espanhol deficiente que também acendeu a Chama Paralímpica.

11. A Tocha Paralímpica

Um ritual dos Olímpicos, a Tocha Paralímpica, também é utilizada para sensibilizar a população para a problemática da deficiência recorrendo a diversas iniciativas e inclusivé associando os líderes da opinião pública. O Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, foi o primeiro porta Tocha Paralímpica, participando num percurso de 1660 quilómetros que teve início na Casa Branca, atravessou mais de 100 cidades e foi transportado por 1000 participantes. Nos últimos Jogos, realizados em Sydney, a Tocha Paralímpica teve início na capital, em Camberra, percorreu vários Estados e cidades para depois terminar no Estádio Olímpico de Sydney, em Nova Gales do Sul.

III. Missão Paralímpica Atenas 2004

Prevê-se que a Missão Portuguesa aos Jogos Paralímpicos de Atenas 2004 seja constituída por cerca de 39 atletas e que venham a tomar parte em seis desportos: atletismo, basquetebol, boccia, ciclismo, equitação e natação. A concretizar-se a presença da equitação será a nossa estreia nesta modalidade.

O nosso país já esteve presente em 6 edições dos Jogos Paralímpicos com um total de 155 atletas que conquistaram 64 medalhas (22 de ouro, 19 de prata e 23 de bronze) em 7 desportos: atletismo, basquetebol, boccia, ciclismo, futebol, natação e ténis de mesa.

Em Sydney 2000, ficamos classificados em 26.º lugar entre os 125 países participantes, com 53 atletas a disputarem 7 desportos, conquistámos, o melhor resultado de sempre, que foram 15 medalhas sendo 6 de ouro, 5 de prata e 4 de bronze.

Participámos pela primeira vez na IV Edição dos Jogos Paralímpicos, antes de Abril de 1974, em Heidelberg, Alemanha com uma equipa de basquetebol em cadeira de rodas constituída pelos utentes do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Hospital de Alcoitão (Estoril) e do Hospital Ortopédico de Santana (Carcavelos). Na altura não existia nenhuma estrutura de enquadramento orgâ-

nico do desporto para deficientes, muito menos se verificava uma prática desportiva regular que estivesse dotada de um quadro competitivo próprio e nem o desporto regular oferecia essa possibilidade aos atletas deficientes.

A revolução de Abril interrompeu a nossa participação internacional que foi retomada somente doze anos depois, em 1984 em Nova York, seguindo-se-lhe Seul em 1988. Estas duas participações foram da responsabilidade da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC). Posteriormente, já sob os auspícios da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) tomámos parte em Barcelona '92, Atlanta'96 e Sydney 2000 e será também o caso de Atenas 2004.

Pós setenta e quatro houve, entretanto, alguns sinais de abertura política por parte do Governo com a criação, em 1977, de um Sector de Desporto para Deficientes na Administração Pública Desportiva, a instituição do Secretariado Nacional para a Reabilitação, e a realização de um Seminário Internacional de Desporto e Tempos Livres para deficientes.

Estes esforços não foram frutíferos, e não o são ainda hoje, por falta de conhecimento, sobretudo muita falta de interesse, por parte dos agentes da Administração Pública acerca da realidade internacional e das especificidades deste fenómeno desportivo. Na altura devido também a uma má cooperação entre o Estado e o movimento associativo para deficientes, revelou-se uma acentuada falta de entendimento quanto às responsabilidades das partes envolvidas sobre a verdadeira essência e finalidade do desporto para deficientes. O projecto foi abandonado, na época, com graves consequências que se fazem sentir ainda hoje, tanto para a sociedade em geral como para os nossos concidadãos com a condição de deficiência.

Dezasseis anos depois, surge a primeira iniciativa legislativa que contempla, com as «devidas adaptações», o desporto para deficientes na Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD /1990), três anos após foi aprovado o Regime Jurídico das Federações Desportivas (1993), permitindo a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes adquirir o estatuto de Utilidade Pública Desportiva (UPD) em 1995, neste mesmo ano, o Regime de Alta Competição é extensível aos atletas deficientes, em 1997, uma Portaria vem reconhecer e conceder prémios aos atletas pelas medalhas conquistadas, nos desportos, disciplinas, especialidades e provas paralímpicas, nos Campeonatos da Europa, do Mundo e Jogos Paralímpicos.

A recém aprovada alteração à Lei de Bases do Sistema Desportivo (2003, Dezembro) consagra a criação do «Comité Paraolímpico de Portugal» que, consideramos nós, é uma medida estruturante para o futuro do desporto para deficientes, dependendo os benefícios que daí poderão resultar, por um lado do modelo de organização que vier a ser adoptado pelo movimento associativo desportivo, por outro lado do grau de envolvimento do Estado, e dos vários Sistemas e Sectores da Administração Pública Central e Local.

Apesar da abrangência e da importância da LBSD são, de facto, as medidas de apoio aos atletas de elite integrados no regime de alta competição, sobretudo

os do Projecto Paralímpico 1995-1996 é que vieram provocar, a par do Projecto Super-Atleta Sydney 2000, significativos ganhos, e de uma forma directa e indirecta, provocaram profundas alterações quer no subsistema desportivo para deficientes quer no desporto português em geral.

Em 1996, no âmbito do Projecto Atlanta, verificou-se uma melhor cooperação entre a Missão Paralímpica e Olímpica, com o apoio do Comité Olímpico de Portugal (COP) tendo-se concretizado pela primeira vez as medidas de apoio ao Plano de Preparação e de Participação Paralímpica, que tinha sido assinado entre o COP, a Confederação de Desporto de Portugal (CDP) e o Instituto de Desporto.

Em 1997 deu-se o início, mais cedo, à implementação do Contrato-Programa, embora com significativa redução dos apoios financeiros, ao Projecto Sydney e ao lançamento de um primeiro plano estruturado de *marketing* desportivo baseado na imagem de marca do «Super-Atleta» no âmbito da campanha pró-bono da empresa Young & Rubican.

O certo é que em trinta anos de história do nosso desporto, o Estado e o Governo português estiveram quase sempre ausentes, apesar da alteração da consciência política e social, reflectindo-se, deste modo, essa apatia estatal, consequentemente, num desinteresse por parte de diferentes sectores da nossa sociedade, apesar dos resultados de mérito e de excelência desportiva dos nossos atletas, e do reconhecimento internacional da qualidade e prestígio dos nossos recursos humanos. Bem como do alto nível organizativo dos grandes eventos internacionais realizados no país.

A título de exemplo passaram despercebidas para o nosso país as profundas alterações operadas no cenário desportivo internacional sobretudo entre 1985-1992, mesmo as que ocorreram no seio da União Europeia no período de 1993-2001. No domínio da Cooperação Internacional, em 1983, iniciámos a cooperação com a Europa, os nossos agentes desportivos e organismos nacionais foram convidados a intervir não só na Europa, como na América Latina, na Ásia. Em 1989 iniciámos a Cooperação com o Brasil, e com os PALOP's.

Todas estas iniciativas, não foram ou estão sendo devidamente acompanhadas e apoiadas. Inclusive a Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) não faz referência aos atletas deficientes, os próprios Jogos até hoje não incluíram provas para os atletas deficientes. Foi anunciado, no final do ano de 2003, que os próximos Jogos dos Países de Língua Portuguesa, a ter lugar em Angola em 2005, terão provas para deficientes. Só no início do ano 2000 é que os projectos de cooperação com os PALOP's começaram a ser apoiados, ainda que, de uma forma tímida.

Ainda no plano nacional não se verificaram mais valias para o sector económico, a nossa indústria não investiu nem na produção das ajudas técnicas e dispositivos de compensação, nem nos materiais e apetrechos desportivos. Ao nível de comércio não houve a preocupação de pensar neste mercado, os nossos empresários e as empresas, de um modo geral, tiveram sempre o receio de associarem a sua marca à imagem dos atletas deficientes e aos paralímpicos. O projecto

Super-Atleta Sydney 2000 trouxe algumas mudanças na área dos patrocínios o que já é mais expressivo com a adesão ao projecto Atenas 2004.

Nas áreas da Educação e Saúde, consideradas por nós como sendo dois sectores chaves, não foi devidamente correspondida a nossa intervenção, continuando a manter-se o *status quo* mínimo das dispensas às aulas de educação física e da utopia do desporto escolar com a exclusão dos alunos com necessidades educativas especiais NEE's. Os agentes de saúde, uma grande maioria, continuam apavorados com o desporto e manifestam, para com os deficientes e seus familiares, o fantasma do agravamento da patologia, evitando, deste modo, que o deficiente, no desporto, se transforme em atleta.

Quanto aos actuais responsáveis pelo desporto escolar estão cheios de boas intenções para que os cerca de oitenta mil alunos com NEE's possam realizar, em primeiro lugar o direito à opção em função da informação e da formação a receber e em segundo a praticar desporto. No âmbito da saúde é preciso apostar na filosofia da habilitação preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de se implementar uma estratégia, através de equipas multidisciplinares, de despiste, aconselhamento e encaminhamento para a prática da actividade física desportiva.

A Investigação, para as diversas Entidades Públicas e Privadas com intervenção neste sector, continua a não ser uma prioridade, muito menos nos ajudam a esclarecer o que é isto do desporto para deficientes, da actividade motora adaptada, da actividade física adaptada, do desporto terapia, do desporto, etc. Torna-se necessário apoiar a investigação, a produção de conhecimentos técnico-científicos, desenvolvimento das novas tecnologias no âmbito das ajudas técnicas e dispositivos de compensação, a produção de manuais, de material em suporte digital e a implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) associadas ao desporto.

A Comunicação Social, para além de tratar mal, mau tem sido o serviço prestado e devido ao desporto para deficientes. Até hoje, nenhuma estação de televisão fez uma transmissão em directo de Jogos Paralímpicos e da participação portuguesa. Esperamos que em Atenas venha acontecer pela primeira vez. Em Sydney no entanto já tivemos, no âmbito do projecto Super-Atleta, uma cobertura diária por parte de jornalistas e repórteres fotográficos da imprensa escrita e agência de notícias.

As Autarquias locais permanecem um eco silencioso da administração central. Umaz dizem que fazem, mas não assumem os deficientes no pelouro do desporto, remetendo-os para a acção social, muitas outras mantêm-se em silêncio. Das 308 Câmaras Municipais, 4252 Juntas de Freguesia, apenas o exemplo de umas poucas alimentam-nos todavia a esperança que outras se seguirão em 2004.

O próprio Sistema e Subsistemas desportivos e Sectoriais continuam passivos à inclusão. Já nos referimos às autarquias, mas temos o desporto para trabalhadores, as colectividades de cultura e recreio, o desporto universitário, o próprio associativismo desportivo com mais de setenta federações e cerca de oito mil

clubes. Mas quantos são afinal os exemplos? Julgo que o associativismo desportivo para deficientes atingiu, em 1994, o limite das suas capacidades com três mil atletas e duzentos clubes. O projecto da constituição do Comité Paralímpico de Portugal poderá contudo ser um catalizador, não só para o processo de inclusão nas estruturas regulares mas sobretudo para promover a massificação, a diversificação de oferta em termos de modalidades. E ainda de muitas outras vantagens.

Os nossos governantes e políticos, demasiado tempo, ignoraram os nossos atletas, só em Sydney 2000 tivemos pela primeira vez a presença de membros do governo, da administração pública desportiva e da reabilitação e do Comité Olímpico de Portugal. Com o Projecto Super-Atleta Atenas 2004 já temos desta vez o apoio do Primeiro Ministro, e um maior envolvimento dos membros do Governo. Outra conquista deveras importante é o envolvimento do Presidente da Assembleia da República e conseqüentemente de alguns deputados.

O apoio político, aos atletas deficientes, trouxe actualmente, directa e indirectamente, significativas mais valias ao desporto para deficientes em geral e em particular aos paralímpicos, pelo que o futuro com certeza será melhor dimensionado.

É tempo de pensar no futuro, não só mediato mas também a longo prazo, não só, já, em Pequim 2008 mas nas futuras Missões 2012, 2020 como expressão da vontade em realizar o presente, antecipando o futuro ao presente. E simultaneamente construir um património como legado para as gerações vindouras que seja não só de esperança num futuro melhor mas antes de tudo de uma nova humanidade, com qualidade de vida, tolerância, de respeito pelas diferenças.

IV. Educação para a Cultura através do Desporto

Os europeus, num estudo da Comissão Europeia publicada pela «Eurobaromètre» de Novembro de 2003, consideram em primeiro lugar, que o desporto favorece o diálogo entre as diferentes culturas (81%), em segundo o desporto permite lutar contra toda a forma de discriminação (59%) e 42% entende que a amizade é um valor desenvolvido pelo desporto. Acresce que para além de terem manifestado o gosto pelo desporto, associam-no a valores positivos e realçam ainda o ensejo para que o desporto tenha um papel e importância maior enquanto instrumento educativo e social.

Daí que, a propósito do Ano Europeu proclamado pela União Europeia para 2004, somos levados a defender o paradigma de que deveria ser mais: a Educação para a Cultura Através do Desporto do que apenas a Educação pelo Desporto porque, o próprio desporto, já é um acto educativo e transcendente.

João Boaventura, ao tratar de «Olímpismo e Cultura Desportiva», no livro *Olímpismo, Desporto e Educação* (Edições Universitárias Lusófonas, 1998, p. 44) fala-nos de, «[...] a educação para a paz através do Desporto» face à acessibilidade e à linguagem universal do desporto.

Precisamos de facto, do desporto, como um instrumento massificante, com uma linguagem universal e acessível a todos e capaz de veicular valores positivos por forma a contribuir na formação do cidadão do futuro: tolerante que saiba compreender a diversidade e de interagir numa sociedade cada vez mais multi-cultural.

Nesta perspectiva, «A educação deve contribuir para a auto formação da pessoa (aprender e assumir a condição humana, aprender a viver) e aprender a tornar-se cidadão» como nos refere Morin, na sua obra *Reformar o Pensamento* (Edições Piaget, 2002, p.71), para uma «aprendizagem cidadã». Ou seja: «Os cidadãos devem estar conscientes da sua dupla pertença: nacional e planetária. Entre estes dois termos existem cidadanias intermediárias, por exemplo, a europeia» conforme ele refere igualmente na Reforma do Pensamento e da Educação no Século XXI (*As Chaves do Século XXI*, Edições Piaget, 2002, p. 291).

Os Jogos Olímpicos, da Antiguidade Clássica e da Era Moderna, foram e são considerados um instrumento universal, com todos os seus simbolismos representando um equilíbrio da diversidade multicultural porque foram e são capazes de «sintetizar um código de cultura universal com um código de cultura particular», como afirma Neise Abreu no seu texto «Olympic multiculturalism: proclaimed universal values versus cultural relativism» na publicação *Olympic Studies* (Editora Gama Filho, 2002, p. 223). Esta transculturalidade é salientada por Anibal Justiniano no seu trabalho, *O Olimpismo Como Projecto Cultural Social* (Edições Universitárias Lusófonas, 1998, p. 19), ao dizer-nos que «A universalidade dos Jogos Olímpicos Modernos começou, saindo das fronteiras condicionadas na antiguidade pelo mundo grego para um caminho que se estendeu a todas as nações do mundo civilizado actual».

Por conseguinte pretendemos ver reconhecido neste tempo e mundo, considerado como civilizado, o movimento paralímpico como uma expressão de vontade e dos direitos que assistem às pessoas com a condição de deficiência. No passado a pessoa, considerada um cego, ou um amputado, era pura e simplesmente eliminado em Esparta. Hoje em dia, felizmente, o mesmo já não se passa, a mesma pessoa é considerada com capacidade ao invés de inválido, sendo capaz de se tornar um símbolo da eficiência apesar da sua deficiência pelo que importa valorizar o que ainda resta e não o que se perdeu.

Lenta e longa tem sido a evolução histórica do conceito e estatuto da pessoa com deficiência na sociedade, para se chegar à conclusão, ainda não partilhada por todos, que a «deficiência não existe» porque «A deficiência não é uma constante» como nos explica Hesbeen no livro *A Reabilitação* (Lusociência, 2002, XVI).

Assistimos ao «Fim das certezas, aparecimento da pluralidade de futuros» numa inequívoca afirmação de Prigogine que mais adiante acrescenta: «Num universo que deixou de ser um universo de certezas, restabelecemos também a noção de *valor*», na sua obra intitulada *Flecha do Tempo e Fim das Certezas* (*As Chaves do Século XXI*, Edições Piaget, 2002, pp. 26 e 28).

Se à concepção da deficiência aplicarmos a ideia do fim das certezas e a pluralidade de futuros, o mesmo poderíamos fazer em relação *homo faber* porque, quando «toda a Europa vestiu o fato-macaco», conforme nota introdutória de Steiner à obra de Huizinga (*Homo Ludens*, Edições 70, p.10), a qual acrescenta: «Daí em diante, o que predominou na civilização foi ter consciência social, aspirações educacionais, juízo científico. Esta sobrevalorização grotesca do factor foi condicionada pela nossa veneração do progresso tecnológico, ele próprio fruto do racionalismo e do utilitarismo depois destes terem aniquilado os mistérios e libertado o homem da culpa e do pecado».

Já antes a visão holística do homem fora recusada, no século XVII, por Descartes que entendia o organismo humano como uma máquina, ao dividir o ser humano em duas substâncias diferentes, a *res cogitans* e a *res extensa* alimentando a ideia do carácter não produtivo e não utilitário do *Homo Ludens* defendendo que o *Homo* seria apenas *Sapiens* e *Faber*.

Ao concluirmos importa salientar que vivemos um novo Tempo de Desporto, que é assumido como uma necessidade para a nossa civilização, vital não apenas em termos de uma qualidade material mas enquanto veículo de um novo código de valores, que é simultaneamente meio e fim, como o é a própria cultura.

Não poderíamos deixar de incluir, mesmo após termos concluído o nosso trabalho, a informação sobre a expedição «quebram o gelo» (Breaking the Ice), inserta no jornal PÚBLICO, página 36, de 5 de Janeiro do corrente ano, sobre a iniciativa de quatro israelitas e quatro palestinianos que «quiseram integrar uma expedição à Antárctida, para mostrar que é possível uma cooperação entre os dois povos», considerando eles que, «É uma espécie de exercício para aumentar o espírito de equipa, num ambiente cheio de situações de perigo» pretendendo com este gesto «[...] dar um muito bom exemplo de como diferentes povos podem viver e cooperar, juntos» possibilitando assim, «[...] a povos que não se conhecem uma oportunidade para ter uma ideia menos estereotipada do outro».

A metáfora é magnífica pelo que ousamos dizer que é tempo de recuarmos apenas três mil anos atrás, perceber os gestos dos reis, Licurgo, de Esparta, e Ífitos, de Élide, por forma a reforçarmos ainda mais a vontade da maioria dos povos europeus que defendem novos valores para o desporto, nomeadamente o de favorecer o diálogo entre todas as diferentes culturas existentes no planeta. De oriente a ocidente, do norte a sul.